

A ESTIGMATIZAÇÃO DA CLASSE POPULAR POR MEIO DA ARQUITETURA E URBANISMO: A insustentabilidade do padrão

THE STIGMATIZATION OF THE WORKING CLASS THROUGH ARCHITECTURE AND URBAN PLANNING: The unsustainability of the standard

Estéfani Piran Comin¹ e Caliane Christie Oliveira de Almeida²

¹Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, ATITUS Educação, Passo Fundo/RS, Brasil.

²Doutora em Arquitetura e Urbanismo, ATITUS Educação, Passo Fundo/RS, Brasil. caliane.silva@atitus.edu.br

Resumo: Este artigo discute a exclusão social histórica promovida pela arquitetura e pelo urbanismo, buscando compreender de que forma tais abordagens continuam a contribuir para a segregação social ocorrida nos dias atuais. A pesquisa, de caráter qualitativo, baseia-se principalmente em revisão bibliográfica e análise crítica de teorias urbanísticas, bem como artigos científicos de autores clássicos e contemporâneos que discutem a relação entre o espaço urbano e a desigualdade social. O estudo demonstra que os ideais de cidades formulados na Revolução Industrial, bem como o projeto higienista ocorrido na Europa e, posteriormente, no Brasil, reforçam padrões que excluem a diversidade social e econômica dos espaços urbanos.

Palavras chave: Arquitetura. Segregação social. Centros urbanos.

Abstract: This article discusses the historical social exclusion promoted by architecture and urban planning, seeking to understand how such approaches continue to contribute to the social segregation that persists today. The qualitative research is primarily based on a literature review and critical analysis of urban theories, as well as scientific articles by classical and contemporary authors who examine the relationship between urban space and social inequality. The study demonstrates that the city models formulated during the Industrial Revolution, along with the hygienist movement that took place in Europe and later in Brazil, reinforce patterns that exclude social and economic diversity from urban spaces.

Keywords: Architecture. Social segregation. Urban centers.

1. INTRODUÇÃO

A partir das diferentes fases da Revolução Industrial ocorrida na Europa em fins do século XVIII e XIX, a mudança e concentração das fábricas nas cidades fez com que muitos agricultores passassem a buscar oportunidades de trabalho e melhoria de vida nos centros urbanos que cresciam ou se formavam à época. Muitos deles tornaram-se proletários (ENGELS, 1845). Tal acontecimento fez com que as cidades crescessem de forma rápida, desordenada e sem planejamento algum, o que não tardou a acarretar diversos problemas urbanos e sociais.

A falta de saneamento básico dos moradores do campo - os quais costumavam residir próximos a rios para descartar seus dejetos - passou a ser intolerável nos centros urbanos, por conta da proximidade entre as moradias, bem como o elevado número de construções. Não possuindo lugar apropriado para o despejo, os dejetos dos moradores escoavam pelas ruas, onde diversas outras atividades eram realizadas. Dessa forma, além da precariedade das vias de circulação, a água consumida, bem como os alimentos comercializados, acabavam sendo contaminados (ALMEIDA, 2007).

Por conta da contaminação pelos dejetos descartados indevidamente, surgiram diversos estigmas acerca dos proletários, das suas residências e espaços de convivência, muitas vezes relacionando-os como causadores das doenças e outras mazelas sociais na época. Muitos desses estigmas foram perpetuados ao longo dos anos, até os dias de hoje, e se mostram um entrave à inclusão social, fundamental para o alcance de cidades mais sustentáveis, inteligentes e responsivas. Como respostas a este cenário, diversas soluções de moradia e cidade foram pensadas pela elite letrada da época, a exemplo da Teoria dos Paralelogramos de Robert Owen (1825), o Falanstério de Charles Fourier (1808), a Cidade-Jardim de Ebenezer Howard (1898) e a Cidade Industrial de Tony Garnier (1917).

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é compreender a consolidação de estigmas associados à classe popular, que surgiram em tempos longínquos e continuam a se perpetuar nos dias atuais. Dessa forma, compreender os preconceitos enraizados na sociedade, torna-se importante no meio da construção civil, para que seja formulado um senso crítico aguçado a respeito do meio urbano.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa, de caráter qualitativo, foi desenvolvida no âmbito de um projeto de iniciação científica, sob orientação acadêmica. A mesma baseia-se principalmente em revisão bibliográfica e análise crítica de autores clássicos e contemporâneos que discutem a relação entre o espaço urbano e a desigualdade social.

3. AS GÊNESES DOS ESTIGMAS SOCIAIS VINCULADOS AOS TRABALHADORES

O cenário dos centros das principais cidades europeias de fins do século XVIII e XIX, era marcado pela concentração de burgueses e das elites industriais e seus espaços de morar e de usufruto na cidade. Em bairros mais afastados e em condições mais precárias, residiam principalmente os trabalhadores, nas primeiras vilas e conjuntos operários edificadas na Europa (ENGELS, 1845).

Foi diante desta organização socioespacial que surgiu, entre a classe alta da sociedade, a ideia de que bairros afastados que abrigam a população mais carente eram focos de criminalidade, doenças, “sujeira” e desordem, características distantes dos ideais da elite (ALMEIDA, 2007).

Via de regra, a alta sociedade temia se aproximar de tais vielas, considerando perigoso o contato com os operários. Com o tempo, residir em cortiços ou vilas operárias tornou-se sinônimo de inferioridade

social, e a diferença de classe passou a ser visível na arquitetura, bem como no espaço urbano (ENGELS, 1845). Atualmente, pode-se perceber a continuidade dessa lógica, tendo em vista que a elite social teme se aproximar de bairros e vilas mais carentes.

Tais bairros são descritos por Engels (1845) como “bairros de má fama”. Em linhas gerais, essas moradias eram organizadas em uma longa fila, colocadas de maneira irregular sobre as ruas. Eram chamadas de *cottage*, feitas de tijolos e geralmente possuíam um ou dois pavimentos. Nelas residiam a maior parte dos operários ingleses naquela época. Nas ruas, de maneira geral, não existia nenhum tipo de escoamento de esgoto. Os detritos eram despejados na área de circulação.

As edificações de tais bairros possuíam pouca ou nenhuma ventilação e, dada a elevada quantidade de pessoas morando no mesmo espaço - homens, mulheres, crianças e até mesmo idosos, muitas vezes em ambientes de apenas um cômodo - a qualidade do ar tornava-se precária para a respiração humana. O comércio era realizado principalmente nas ruas, onde os alimentos eram vendidos em estado deplorável e quase não comestíveis, contribuindo para o seu mau cheiro (ENGELS, 1845).

As casas são habitadas dos porões aos desvãos, sujas por dentro e por fora e têm um aspecto tal que ninguém desejaria morar nelas. Mas isso não é nada, se comparado às moradias dos becos e vielas transversais, aonde se chega através de passagens cobertas e onde a sujeira e o barulho superam a imaginação: aqui é difícil encontrar um vidro intacto, as paredes estão em ruínas, os batentes das portas e os caixilhos das janelas estão quebrados ou descolados, as portas – quando as há – são velhas pranchas pregadas umas às outras; mas, nesse bairro de ladrões, as portas são inúteis: nada há para roubar (ENGELS, 1845, p. 71).

Vale ressaltar, que a burguesia possuía total consciência da pobreza e da miséria enfrentada por grande parcela da população e, mesmo com tal consciência, continuava a explorá-los como mão de obra barata. Cabe aqui mencionar que, para os proprietários das grandes fábricas, lhes era vantajoso que houvesse pessoas em situações tão precárias, porque os pobres sujeitam-se a precárias condições de trabalho e baixos salários, pois não havia outra perspectiva de sobrevivência.

Diante disso, para a alta classe da sociedade, os proletários não eram vistos como seres humanos, mas meramente como fonte de trabalho e enriquecimento:

Certa feita, percorri Manchester em companhia de um desses burgueses e falei-lhe da má arquitetura, da insalubridade, das condições horríveis dos bairros operários e disse-lhe que jamais vira uma cidade construída em piores condições. Ele me escutou com tranquilidade e, na esquina em que nos separamos, declarou, antes de nos despedirmos: “And yet, there is a great deal of money made here” [E, apesar disso, aqui se ganha um bom dinheiro]. Ao burguês da Inglaterra não lhe causa molha que seus operários morram ou não de fome, desde que ganhe dinheiro. Todas as relações humanas são subordinadas ao imperativo do lucro e aquilo que não propicia ganhos é visto como algo insensato, inoportuno e irrealista (ENGELS, 1845, p. 308).

Assim, frente a tais condições insalubres de cidade, bairros e moradias da época, diversos pensadores, filósofos, sociólogos e arquitetos começaram a formular ideais de cidades e de habitações, com o intuito de solucionar problemas higiênicos e melhorar a qualidade de vida dos habitantes mais carentes das

idades europeias à época, a exemplo: da Teoria dos Paralelogramos de Robert Owen (1825), o Falanstério de Charles Fourier (1808), a Cidade-Jardim de Ebenezer Howard(1898), e a Cidade Industrial de Tony Garnier (1917) - com um olhar voltado à estigmatização da classe trabalhadora, atrelada à arquitetura desses espaços.

4. OS IDEAIS DE CIDADE DE MORADIAS FRENTE AOS ESTIGMAS SOCIAIS

Robert Owen formulou a Teoria dos Paralelogramos no início do século XIX (1820-1825) concebida na Inglaterra, conformada por vilas organizadas no formato quadrangular, contendo equipamentos - como escolas, hortas, lavanderias, campos de cultivo, dentre outros - para trabalho, ensino, higiene e lazer, onde seriam concentrados trabalhadores pobres ou desempregados. Seu intuito era manter os habitantes longe de “tentações inúteis” (ALMEIDA, 2007). Ou seja, o ócio desde aquela época já se conformava como um luxo exclusivo apenas às classes mais abastadas da sociedade. Ao pobre, quando não considerado um meio de produção ativo, era rotulado como um ser “inútil”, não produtivo o suficiente para trazer lucro monetário e estigmatizado como um perigo social (ALMEIDA, 2007). Owen, por mais que quisesse ajudar a formular uma cidade mais organizada, possuía uma ideia paternalista de que os operários necessitavam ser moldados e disciplinados com supervisão de seus patrões.



Figura 01: Paralelogramo de Owen.
Fonte: BENEVOLO, 1987
ALMEIDA, 2007

Outro modelo de cidade ideal difundido na época foi o Falanstério de Charles Fourier (1808-1830), em um período pós-Revolução Francesa. Fourier se opunha ao modelo de cidade vigente, alegando que a sociedade industrial gerava infelicidade e competição entre as classes. Fourier acreditava no princípio de Rousseau de idealização do homem primitivo. Ideia essa de que o ser humano viveu em harmonia antes de ser estabelecida a propriedade privada (HOBSBAWM, 1962).

Dessa maneira, o filósofo propôs um conjunto de moradias tidas por ele como harmônicas entre o ser humano e a natureza, com o objetivo de atingir o bem-estar coletivo mundial, ao longo do tempo. O trabalho realizado - trabalhos agrícolas, industriais e artesanais, domésticos e de serviços - deveria ser oriundo das paixões e habilidades de cada pessoa, não sendo forçado nem obrigatoriamente lucrativo (FOURIER, 1808).

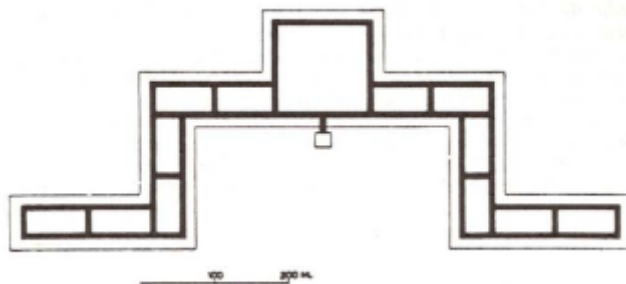


Figura 02: Esquema Falanstério Fourier.
Fonte: BENEVOLO, 1987
ALMEIDA, 2007

Apesar dos ideais apresentados, é necessário analisar que a proposta de Fourier tira a função de lar, racionalizando os espaços de tal forma a implicar o controle sobre o comportamento das pessoas. Mais tarde, esse modelo, como fator moldador do indivíduo acabou sendo usado para segregar grupos considerados “inadequados”. Como observa Françoise Choay (1992, p.17), a ideia de uma cidade perfeita, simétrica e calculada, implica em uma questão de retirada da individualidade, impondo o que é belo e disciplinado, excluindo dessa forma, a personalidade e os gostos pessoais dos moradores:

As utopias progressistas, ao pretenderem instaurar a harmonia social por meio da forma urbana, carregam um caráter disciplinador. O espaço é pensado como instrumento de moralização dos corpos e das condutas (CHOAY, 1992, p. 17).

Outro importante modelo de cidade apresentado no final do século XIX, foi o conceito de “Cidade-Jardim”, elaborado por Ebenezer Howard (1898). Em linhas gerais, o seu objetivo era reunir as atividades e entretenimento das grandes cidades, à tranquilidade do interior em um só lugar, descentralizando assim, a lotação dos centros urbanos daquela época. Seu objetivo era, também, conter o êxodo rural e solucionar a insalubridade das cidades vigentes.



Figura 03: Esquema Cidade-Jardim.
Fonte: HOWARD, 1996.

ALMEIDA, 2007

De acordo com Munford (1998), Howard não se interessava em propor um modelo de cidade especificando suas formas físicas, se preocupava muito mais com os processos sociais, privilegiando a participação da população na gestão da cidade, estimulando a organização dos habitantes em cooperativas ou em iniciativas individuais no sentido de promover o desenvolvimento de políticas públicas. Nesse sentido, não estabeleceu precisamente nenhum detalhe arquitetônico ou urbanístico, e nenhuma especificação construtiva acerca das moradias, uma vez que não desejava que as questões essenciais colocadas fossem confundidas ou associadas a uma imagem visual.” (ALMEIDA, 2007, p. 28)

Analisando a proposição de Howard a partir de um olhar mais crítico, é possível perceber que o seu modelo de cidade ideal trazia consigo uma noção de controle social, impondo ideias elitistas do que seria moralmente aceitável na construção dos espaços. O que era belo, “limpo” e ordenado era determinado pela classe dominante, sendo os operários vistos como problemas a serem corrigidos por meio do ambiente habitado.

Acerca do tema abordado, David Harvey (2000) argumentou que os projetos urbanos utópicos impuseram uma forma idealizada de homogeneidade sobre diversas populações, o que pode acabar reproduzindo a segregação espacial; a exemplo do que ocorre nos principais centros urbanos do país na atualidade. Ou seja, projetos urbanos idealizados frequentemente reforçam formas sutis de exclusão social ao buscar uniformizar modos de vida distintos.

Outro projeto urbano de grande destaque foi o da Cidade Industrial de Tony Garnier, formulada no início do século XX, com o objetivo de melhorar as condições de vida dos operários e reformar a sociedade por meio do planejamento das cidades, acompanhando assim, as transformações ocorridas por conta da industrialização. Tal modelo, também tido como utópico, teria além das moradias, áreas verdes e áreas de lazer, bem como equipamentos públicos. Garnier expressou em sua cidade um ideal de civilização laica e moderna. Em sua formulação, especificou que deveriam ser utilizados nas construções o concreto armado e o cimento, para padronizar as construções, como expressou:

[...] quanto mais simples forem os moldes, mais fácil será a construção e, conseqüentemente, menos cara. Essa simplicidade de meios conduz logicamente a uma simplicidade de expressão na estrutura. Salientemos ainda que, se nossa estrutura se mantiver simples, sem ornamentos, sem saliências, toda nua, poderemos depois dispor de arte decorativa sob todas as suas formas, e cada objeto de arte conservará sua expressão, tão mais nítida e pura quanto mais totalmente independente da construção. Quem negará que o emprego de tais materiais permite melhor que outros que se obtenham grandes planos horizontais e verticais, próprios para dar às construções esse ar de calma e equilíbrio que as harmoniza com as linhas da natureza? Outros sistemas de construção, outros materiais levarão, sem dúvida, a outras formas que será interesse procurar. Este é o resumo do programa de estabelecimento de uma cidade onde todos são conscientes de que o trabalho é lei humana e de que há ideal bastante no culto da beleza e da bondade para tornar a vida esplêndida (GARNIER, 1917, p. 222).

Assim como os outros modelos de cidade ideal apresentados anteriormente, a Cidade Industrial de Garnier também tinha seus defeitos no que tange à problematização da classe popular. A padronização das moradias, as quais deveriam ser simples, sóbrias e com fachadas lisas, contrastava com as demais construções da época, as quais costumavam a ser detalhadas e rebuscadas, reforçando, assim, a hierarquia social existente. Ou seja, a classe trabalhadora era vista como uma classe à parte, não como indivíduos singulares, despersonalizando-os. Ademais, cabe pontuar que, mesmo sendo proposta uma cidade “livre de classes”, havia no projeto uma certa ideia de hierarquia social, separando quem trabalha de quem governava, pois a setorização do espaço afastava o setor industrial, do setor administrativo, dos espaços da elite; modelo perpetuado pelo Urbanismo Moderno e reforçado até hoje, nos Planos Diretores e de Desenvolvimento Integrado, a partir dos seus zoneamentos.



Figura 04: Exemplo de moradia da Cidade Industrial.
Fonte: GARNIER, 1917.
ALMEIDA, 2007

A respeito da problematização apresentada, David Harvey (2014) critica o embelezamento urbano, pois o mesmo acarreta a proliferação de estigmas sociais, afirmando quem “pertence” ou não ao espaço urbano (DAS, 2014). Tal lógica de embelezamento urbano e controle social, continuou a se propagar pelo mundo. Com o passar do tempo, teve seus reflexos em diversos momentos históricos, como no higienismo urbano Europeu, e posteriormente, brasileiro, e, até mesmo, atualmente.

5. O HIGIENISMO E O SANITARISMO E OS ESTIGMAS RESULTANTES

Durante o final do século XIX e início do século XX, surge o higienismo como vertente de ação para propagar a saúde pública no meio urbano, aplicando regras de higiene para conter principalmente as epidemias que vinham assolando as cidades, cada vez com mais frequência (FARIAS FILHO e ALVIM, 2022). Tal plano surgiu com o agravamento da crise sanitária nos centros urbanos. As ideias higienistas tiveram grande impacto nas posteriores mudanças do espaço urbano, incorporando novos dispositivos de controle, e criando legislações quanto à regularização das construções (FARIAS FILHO e ALVIM, 2022). Entretanto, essa corrente partia de pressupostos de controle social e mecanismos disciplinares, sendo muitas

vezes usada para submeter os cidadãos a normas muitas vezes excludentes.

Na Europa, o higienismo urbano teve destaque inicialmente na cidade de Paris, onde reformas foram conduzidas pelo Barão Georges-Eugène Haussmann (1853-1870), com medidas de ampliação das avenidas e total demolição de bairros populares, com o objetivo de embelezar a cidade. Tais deliberações, tomadas sob o discurso de salubridade e saúde pública da capital francesa, foram utilizadas como meio de segregação da classe popular e controle social, pois, ao destruir suas moradias situadas próximas ou nos centros urbanos, a população mais pobre foi obrigada a migrar para áreas mais distantes do centro, nas franjas das cidade (HARVEY, 2003); reforçando a lógica socioespacial consolidada no período da Primeira Revolução Industrial em toda a Europa. Dessa maneira, a pobreza foi afastada do campo de visão e de contato da elite, a qual não se agradava com a “quebra estética” da população pobre nos centros das cidades. Novamente, a classe trabalhadora era vista como uma “classe à parte”.

Processos semelhantes ocorreram nas demais cidades europeias como Londres, Berlim e Viena, partindo do mesmo princípio de racionalização dos espaços em nome da higiene, da salubridade e da saúde coletiva (ALMEIDA, 2015). Assim, pode-se perceber que o higienismo europeu produziu avanços sanitários significativos sob o discurso modernista, porém tais avanços foram articulados de maneira segregativa, na qual a pobreza foi tratada como um problema a ser eliminado do espaço urbano, pelo menos o central e mais valorizado.

No início do século XX, tais ideias e modelos formulados na Europa chegaram ao Brasil. Diferentemente daquele continente, no território brasileiro o higienismo não foi uma resposta à superlotação ocasionada pela Revolução Industrial, mas sim, pela necessidade de conter as epidemias espalhadas por conta da elevada concentração de habitações precárias, bem como pela necessidade de modernizar as estruturas coloniais urbanas existentes (FARIAS FILHO e ALVIM, 2022).

A partir de 1870 difunde-se nas maiores cidades do Brasil a noção de habitação pobre como um problema. Isso ocorreu pelo fato de que as condições de habitabilidade das moradias pobres se chocavam com conceitos de higiene, de ordem, de moralidade e de economia difundidos na época. A reforma recomendada para essas moradias envolveu desde intervenções em unidades construídas à edificação de grupos de casas por industriais, sociedades construtoras e pelo Estado (ALMEIDA, 2007, p. 15).

Desse modo, foi adotado um discurso de modernização urbana como um sinônimo de moralidade e progresso do país, eliminando qualquer “sinal de atraso” pela visível presença da pobreza nas metrópoles. Nesse mesmo cenário, destaca-se a figura do médico sanitarista, bem como do engenheiro sanitarista como solucionadores do cenário insalubre urbano brasileiro e de suas moradias. Influenciados pelos ideais e modelos europeus dos séculos anteriores, profissionais passam a formular cidades mais alinhadas à abundância de espaços verdes, bem como amplas áreas de circulação do ar. O mesmo ocorreu com as moradias urbanas. Entretanto, tais concepções não eram planejadas em uma perspectiva regional, bem como não tinham por objetivo incorporar o projeto político e social (ALMEIDA, 2007).

Os cortiços existentes nas cidades brasileiras no final do século XIX, até as primeiras décadas do

século XX eram os principais modelos de moradias que mais preocupavam os profissionais sanitaristas. Eles eram a principal representação de moradia coletiva habitada por pessoas carentes, e sua criação se deu por diversos fatores socioeconômicos como a concentração populacional urbana diante da abolição da escravidão e migrações europeias e internas, bem como a falta de disponibilização de moradias a custos acessíveis. Surgiu, então, um grande estigma a respeito dos cortiços, os relacionando à criminalidade e instaurando medo a seu respeito diante da alta sociedade.

Um caso de destaque higienista foi a reforma urbana de Pereira Passos, no Rio de Janeiro, realizada entre os anos de 1902 e 1906. Tal reforma foi amplamente inspirada pela reforma parisiense. Seu objetivo era o de aproximar o Rio de Janeiro dos ideais europeus de civilização e modernidade. A reforma pretendia interligar as diversas regiões da cidade ao seu centro, como tentativa de civilizar os bairros, tendo em vista que o centro era tido como “civilizador”. Assim, diversas medidas de embelezamento foram tomadas, como a implementação de novas redes de esgoto, iluminação pública, bem como a demolição de diversos cortiços dispostos ao centro da cidade. A demolição das moradias “expulsou” inúmeras pessoas de baixa renda, as quais abrigaram-se nos morros e subúrbios, iniciando assim o processo de criação das favelas (ABREU, 1987).

Esse processo ficou conhecido como “bota-abaixo” (ABREU, 1987), e significou o estigma relacionado não só à população pobre, mas também à população negra e mestiça. O afastamento dessas pessoas do centro refletia o ideal branco e europeu da elite e da administração pública.

Assim como no Rio de Janeiro, processos muito similares ocorreram em outras cidades brasileiras como Natal, Salvador, São Paulo, Porto Alegre etc. a fim de impor os interesses das elites de assemelhar-se ao ideal de “belle époque tropical”, visando “limpar” e “ordenar” o espaço urbano, e/ou transformar a cidade em uma capital moderna.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do percurso histórico apresentada, englobando a arquitetura e o urbanismo no que tange à questão social, econômica e política, desde a Revolução Industrial, até o contexto higienista brasileiro, evidencia que os ideais de espaços estiveram intrinsecamente atrelados ao controle social das massas. As formulações de cidades ideais da Revolução Industrial, as quais possuíam o intuito de sanar problemas de salubridade e irregularidade das moradias, inspiraram ideias higienistas na Europa, ideias essas que não tardaram a chegar e difundir-se em território brasileiro. Os acontecimentos apresentados revelam como a arquitetura pode ser utilizada, muitas vezes, como uma arma de distinção e segregação de classes, produzindo e evidenciando preconceitos.

Entretanto, tais lógicas excludentes não se restringem apenas ao passado, mas também são propagadas atualmente sob diferentes justificativas. Muitas vezes, a “estética perfeita” nos centros urbanos é utilizada como uma política que marginaliza modos de vida que não se enquadram nos ideais de civilização atual. Assim, a estigmatização da classe popular por meio da arquitetura continua ocorrendo, como uma

herança e reflexo de reformas já ocorridas no país. Reconhecer essa continuidade é importante para que os arquitetos e urbanistas repensem seu papel na sociedade, buscando sempre promover uma maior inclusão e justiça espacial nos centros urbanos brasileiros.

Segundo Harvey (2014), a cidade representa o principal espaço onde se expressam as contradições do capitalismo contemporâneo, sendo o “direito à cidade” não apenas o acesso que já existe, mas a possibilidade de transformá-la e reinventá-la: propósito que não pode ser esquecido.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 1987.

ALMEIDA, Caliane. **Habitação social: origens e produção**. 2015.

CALIANE, C.; ALMEIDA, R. **Habitação social: origens e produção**. 2007.

DAS, Veena. **Affliction: Health, Disease, Poverty**. New York: Fordham University Press, 2014.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010 [1845].

FARIAS FILHO, Milton; ALVIM, Angélica Aparecida Tanus Benatti. **Habitação de Interesse Social e Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Annablume, 2022.

FOURIER, Charles. **Teoria dos Quatro Movimentos e dos Destinos Gerais**. Tradução de Margarida Maria de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1973 [1808].

GARNIER, Tony. **Une cité industrielle: étude pour la construction des villes**. Paris: Massin, 1917.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004 [2000].

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004 [2003].

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades – uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: 1789–1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 [1962]